



## Aposentadoria acima do mínimo pode ter reajuste

Realtório setorial em análise na CMO pede que sejam assegurados recursos para garantir aumento real aos aposentados com benefícios superiores ao salário mínimo

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Vital do Rêgo, quer votar até quinta-feira os dez relatórios setoriais que compõem o projeto de lei orçamentária. Entre eles, está o que

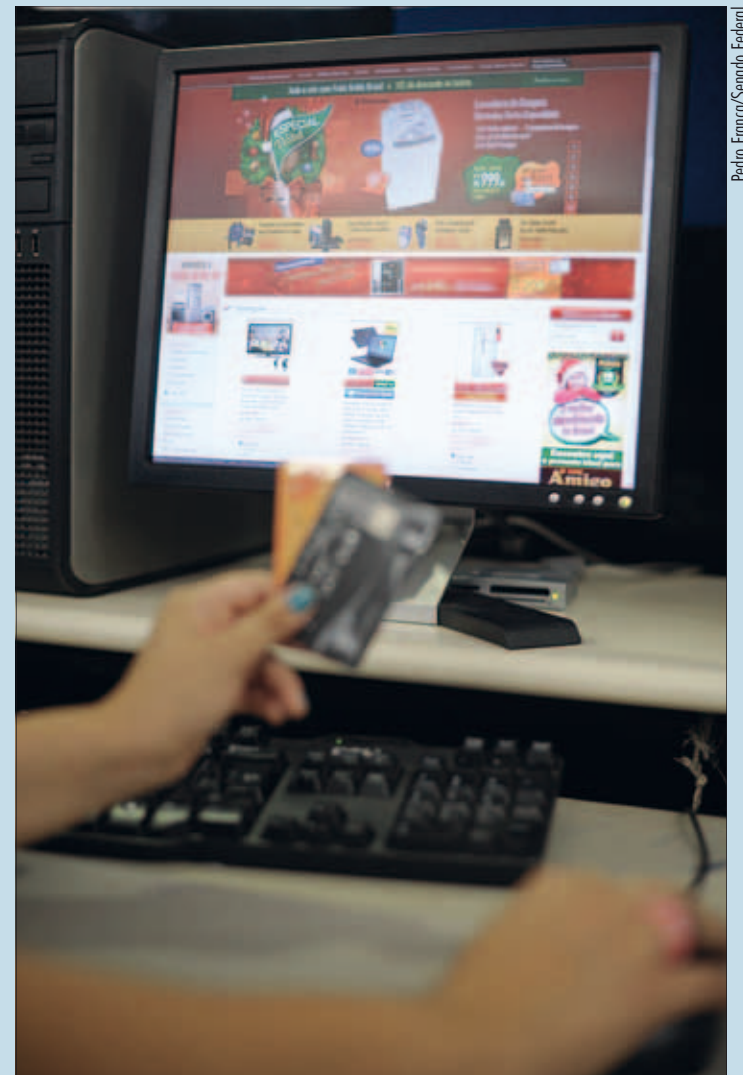
trata do Trabalho, Previdência e Assistência Social, segundo o qual os aposentados que recebem acima do salário mínimo enfrentam deterioração de seus benefícios frente ao valor do piso previdenciário. **3**

### especial Cidadania

## Mais popular a cada ano, comércio eletrônico exige atenção em dobro

Praticidade e conforto estão entre as principais vantagens de consumidores que optam por fazer suas compras pela internet. Oferta é o que não

falta na rede, mas é preciso redobrar o cuidado para evitar dor de cabeça. A garantia de direitos do consumo *on-line* é tema de discussão no Senado. **8**



Pedro Franco/Senado Federal

Cerca de 32 milhões de brasileiros já fizeram alguma compra pela internet

Lia de Paula/Senado Federal



Deputado Paes Landim, senador Pedro Simon, embaixador Carlos Cardim e ministro Carlos Mathias ouvem Cristovam Buarque

## Congresso celebra San Tiago Dantas **2**

Senado entrega hoje Comenda de Direitos Humanos **2**

Rede virtual de assembleias recebe relatório sobre drogas **4**

Senadores veem avanços na Cúpula do Clima **6**

 **Assine a newsletter do Jornal do Senado**  
[www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal)

Genildo Magalhães/Senado Federal



Senador Paulo Paim (C) preside audiência pública com sindicalistas na Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social

## Sindicalistas criticam propostas de mudança na CLT

Representantes de confederações e centrais sindicais rejeitam propostas em exame no Congresso e dizem que é inoportuno mudar leis trabalhistas em momento de crise econômica. Eles temem perda de direitos duramente conquistados. **5**

Apontado como modelo de homem público devido a sua atuação como ministro e deputado federal, Dantas recebeu homenagem em sessão solene do Congresso pelo centenário de seu nascimento



Pedro Simon (E) discursando na sessão solene. À mesa, Paes Landim, Cristovam Buarque, Carlos Cardim e Carlos Mathias

## Congresso lembra os 100 anos de San Tiago Dantas

O CENTENÁRIO DE San Tiago Dantas — ministro das Relações Exteriores no governo João Goulart que morreu em 1964, de câncer no pulmão — foi lembrado em sessão solene no Congresso, ontem.

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que Dantas era um homem de visão sobre a política externa do Brasil. Se estivesse vivo, disse o senador, consideraria uma imoralidade a desigualdade de hoje, em especial no que se refere ao acesso à saúde e à educação.

— San Tiago foi exemplo de pensador, de formulador, de político e de homem de ação. O que diria se estivesse conosco? — perguntou.

Pedro Simon (PMDB-RS) destacou a política externa independente como um dos maiores legados de Dantas.

— Hoje o mundo inteiro fala em autodeterminação dos povos, em política independente. Naquela época, eram Estados Unidos e Rússia, ou do lado de cá ou do lado de lá. E San Tiago Dantas teve a coragem de falar numa posição de independência — observou.

Para Marcelo Crivella (PRB-RJ), Dantas foi um dos políticos mais importantes do país.

— Eu não poderia deixar

de reverenciar uma das mais lúcidas e brilhantes inteligências que a vida pública brasileira conheceu. De sólida formação intelectual, assentada em insofismável perspectiva humanística, ele foi a mais elevada expressão de homem de Estado com que pôde contar a República liberal do pós-Estado Novo de Vargas — disse Crivella.

O deputado Paes Landim (PTB-PI), que requereu a homenagem com Aécio Neves (PSDB-MG), considerou Dantas “um dos homens mais inteligentes da história”. Ele lembrou que, aos 29 anos, Dantas assumiu a cátedra de Direito Civil da Faculdade de Direito da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Já o ex-ministro do STJ Carlos Fernando Mathias, vice-reitor acadêmico da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), destacou a atuação de Dantas como professor. Ele lembrou dos anos em que foi aluno do homenageado.

— Era um homem preocupado com a didática. Foi um dos maiores críticos do ensino do Direito no Brasil. Foi um dos maiores críticos da universidade brasileira — relatou Mathias.

### Diplomata defendia desarmamento

O jornalista e advogado Francisco Clementino de San Tiago Dantas nasceu em 30 de agosto de 1911, no Rio de Janeiro. Foi deputado federal e ministro das Relações Exteriores (1961 e 1962) e da Fazenda (1963). Especialista em política externa, representou o Brasil na 1ª Conferência de Ministros de Educação das Repúblicas Americanas, no Panamá, em 1943. É autor do conceito de política externa independente e era partidário do incentivo ao desarmamento e à coexistência competitiva e pacífica entre os países.



Jornalista e advogado, Dantas criou conceito de diplomacia

### Comenda de Direitos Humanos Dom Helder Camara será entregue hoje

O Plenário do Senado sedia, hoje, às 11h, a entrega da Comenda de Direitos Humanos Dom Helder Camara. Essa é a segunda edição do prêmio e os agraciados são o ministro Carlos Ayres Britto, dom Eugênio de Araújo Sales, Jair Krischke, dom Marcelo Pinto Carvalheira, dom Tomás Balduino e Paulo César Fonteles de Lima (*in memoriam*).

Carlos Ayres Britto é ministro e atual vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF); dom Eugênio de Araújo Sales é cardeal e arcebispo emérito do Rio de Janeiro; Jair Krischke é historiador e fundador do Movimento de Justiça e Direitos Humanos; dom

Marcelo Pinto Carvalheira é arcebispo emérito da Paraíba; dom Tomás Balduino é bispo emérito de Goiás e assessor da Comissão Pastoral da Terra; e Paulo César Fonteles de Lima foi deputado estadual e militante pela realização da reforma agrária no Pará.

Os homenageados foram escolhidos pelo Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Helder Camara, mediante análise de currículo, em meio a 35 indicações recebidas pela Mesa.

A comenda é uma homenagem ao ex-arcebispo de Olinda e Recife e foi instituída em 2010, por iniciativa do então senador José Nery.

### Princípios já estavam presentes em declaração da Revolução Francesa

No dia 10 de dezembro, o mundo celebrou os 61 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotado pelas Nações Unidas em 1949, o documento visa à promoção e à garantia dos direitos fundamentais e da dignidade humana.

Seus ideais já estavam presentes na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. Inspirado na Declaração de Independência dos EUA e adotado pela França revolucionária, esse documento é sintetizado por três princípios: liberdade, igualdade e fraternidade.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Entrega de comenda

11h Sessão especial destinada à entrega da Comenda de Direitos Humanos Dom Helder Camara aos agraciados na 2ª edição da premiação. A sessão, às 14h, é deliberativa. Na pauta, projeto que regulamenta a profissão de motorista.

### Presidência Medalha Mérito Tamarandé

10h O senador José Sarney participa de cerimônia de imposição da Medalha Mérito Tamarandé Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília; às 12h, preside sessão conjunta do Congresso; e, às 16h, a ordem do dia da sessão plenária.

### CDH Avaliação do trabalho da comissão

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realiza reunião administrativa para avaliação de seus trabalhos.

### Drogas Relatório final em videoconferência

9h Apresentação do relatório final da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis. A reunião tem transmissão por videoconferência para todas as assembleias legislativas do país.

### CAE Compensação tributária

10h Projeto que visa permitir a compensação de débitos previdenciários com créditos referentes a outros tributos federais é um dos itens da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos.

### CAS Vacina contra HPV

11h Representantes da área da saúde participam de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais para instruir projeto que trata da imunização de mulheres na faixa etária de 9 a 40 anos com a vacina antipapilomavírus humano (HPV) na rede pública do SUS de todos os estados e municípios.

### CE Divulgação de índices pelas escolas

11h A primeira proposta em análise na Comissão de Educação, Cultura e Esporte obriga as escolas públicas de ensino fundamental e médio a exporem em placa visível os seus resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

### Congresso Créditos orçamentários

12h Sessão conjunta do Congresso destinada à apreciação de projetos de lei que abrem créditos adicionais a diversos ministérios, no plenário da Câmara.

### CMA Cadastro de obras inacabadas

14h Entre os 26 itens da pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, consta proposta de criação do Cadastro Nacional de Obras Inacabadas. A comissão também vota projeto que obriga fabricantes e órgãos de licenciamento a divulgar a quantidade de gases poluentes emitidos pelos veículos automotores vendidos no Brasil.

### CDR Habitação popular

14h Cinco projetos com decisão terminativa estão na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, entre eles o que concede aos municípios mais carentes incentivos para a construção de habitações populares. Antes, a CDR elege o vice-presidente do colegiado.

### Livro Lançamento de obra sobre JK

19h Lançamento do livro *Juscelino Kubitschek*, de Ronaldo Costa Couto, no Salão Negro.

### CMO Emendas ao Orçamento 2012

20h A Comissão Mista de Orçamento examina emendas ao Orçamento de 2012, relatórios setoriais do projeto orçamentário 2012 e relatório do projeto do Plano Plurianual 2012–2015. A reunião ocorre no plenário 2 da Câmara.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões

Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)

Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

### TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Senador diz que desvinculação não prejudica áreas sociais

## Para Eunício Oliveira, "todo governo precisa da DRU"

Está mal informado quem pensa que a presidente Dilma Rousseff se empenhou pela renovação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) no intuito de negar recursos às áreas sociais, afirmou ontem Eunício Oliveira (PMDB-CE).

— Se isso fosse verdade, como explicar que esse mesmo governo tenha concordado com a colocação em pauta da regulamentação da Emenda 29, que fortalece o financiamento da saúde? — questionou.

Para o senador, todo governo precisa da DRU, devido ao grande número de tributos com destinação específica e às inúmeras despesas obrigatórias, que engessam o Orçamento, reduzindo investimentos.

## Lauro Antônio diz que DRU é importante para equilíbrio fiscal

A prorrogação da DRU até o final de 2015 é um importante instrumento para o equilíbrio fiscal da União, de acordo com Lauro Antônio (PR-SE). O parlamentar assinalou ontem que a aprovação em primeiro turno da proposta foi uma das votações mais importantes do Senado nos últimos tempos.

O senador apoia a aprovação da matéria em segundo turno e acredita que a desvinculação estimula o desenvolvimento do país, além de servir como "vacina" contra a atual crise econômica internacional.

— A DRU não se trata de um incentivo à ganância desenfreada do Executivo — argumentou o senador.



Lauro defende aprovação na votação em segundo turno

Apesar do entendimento difícil na CMO, o presidente da comissão, senador Vital do Rêgo, quer votar os dez relatórios setoriais até quinta-feira

# Relatório setorial pede reajuste a aposentadorias acima do mínimo

RELATÓRIO SETORIAL ENTREGUE na sexta-feira à Comissão Mista de Orçamento (CMO) pede que sejam assegurados recursos para o reajuste real dos benefícios previdenciários que estão acima do salário mínimo. O documento, elaborado pelo deputado Efraim Filho (DEM-PB), refere-se à área temática 10 do Orçamento: Trabalho, Previdência e Assistência Social.

O presidente da CMO, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), pretende aprovar os dez relatórios setoriais até esta quinta-feira, para, então,

dar início à conclusão do relatório final. No entanto, os integrantes da comissão vêm encontrando dificuldade para chegar a um acordo sobre esses pareceres.

Segundo Vital do Rêgo, o problema pode estar relacionado à execução das emendas parlamentares do Orçamento de 2011, pois há limites de prazo e de empenho que precisam ser cumpridos até sexta. De acordo com o senador, o governo ainda não tem disponibilidade orçamentária para suas bancadas, o que tem deixado os parlamentares inquietos.

Até ontem, foram lidos na CMO os relatórios de Saúde; Agricultura e Desenvolvimento Agrário; Planejamento e Desenvolvimento Urbano; e Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte.

No caso da área temática 10, o relator Efraim Filho argumenta que aposentados e pensionistas vinculados ao Regime Geral de Previdência Social com proventos acima do salário mínimo têm se deparado com crescente deterioração de seus benefícios frente ao valor do piso previdenciário.

Para 2012, a dotação orçamentária da área é de R\$ 442,7

bilhões, sendo R\$ 327,6 bilhões para o Ministério da Previdência Social, R\$ 60,6 bilhões para o Ministério do Trabalho e Emprego, e R\$ 54,5 bilhões para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A proposta apresenta acréscimo de 12,8% em comparação com o autorizado para 2011.

Efraim Filho lembra que a maior parte das dotações (94,6%) refere-se a despesas primárias de caráter obrigatório, o que impossibilita cancelamentos ou remanejamentos, como pagamento de benefícios e abonos salariais.



CMO analisa os relatórios setoriais do Orçamento 2012: dotação prevista para Trabalho, Previdência e Assistência Social é de R\$ 442,7 bilhões

## Parecer mantém salário mínimo em R\$ 622,73

O valor do salário mínimo para 2012 deve ser mesmo de R\$ 622,73, o que representa aumento nominal de 14,26% em relação ao atual, de R\$ 545. O dado consta do relatório setorial da área temática Trabalho, Previdência e Assistência Social.

O valor tinha sido encaminhado ao Congresso, no fim de novembro, pelo governo, em ofício com a atualização dos parâmetros econômicos utilizados na elaboração da proposta orçamentária. Estima-se que a variação no dispêndio para 2012, decorrente apenas do salário mínimo, alcance R\$ 22,5 bilhões.

## Fórmula

A política de reajustes do mínimo adotada desde 2004 toma como base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acumulada nos 12 meses anteriores ao mês do reajuste (janeiro), acrescida da variação real do produto interno bruto (PIB) verificada no ano anterior ao da apresentação do projeto orçamentário.

## Deputado quer dotações maiores para defesa civil

É preciso ampliar os investimentos em ações preventivas de defesa civil, para diminuir a dependência de créditos extraordinários e para reduzir perdas econômicas, sociais e humanas decorrentes dos desastres naturais. A advertência consta do relatório setorial da área de Integração Nacional e Meio Ambiente para 2012, apresentado ontem à CMO.

Assinado pelo deputado José Priante, o documento engloba as dotações dos ministérios da Integração Nacional (R\$ 5,4 bilhões) e do Meio Ambiente (R\$ 3,5 bilhões).

Embora os R\$ 5,4 bilhões propostos pelo governo para Integração Nacional representem 28% a mais em relação a 2011, Priante explica que o valor apresenta redução de 22,6% em comparação ao efetivamente autorizado para o ano vigente — R\$ 7 bilhões — e de 26,2% em relação ao liquidado em 2010.

A diferença verificada entre a proposta do Executivo no exercício 2011 e os valores autorizados para esse mesmo ano deve-se, segundo o deputado, à adoção de créditos extraordinários abertos

por medidas provisórias — R\$ 1,5 bilhão —, destinados quase totalmente à defesa civil, e à aprovação de emendas parlamentares à proposta orçamentária — R\$ 1,3 bilhão.

O relator lembra que a abertura de créditos extraordinários para defesa civil tem sido recorrente nos últimos anos: R\$ 2 bilhões em 2009 e R\$ 3 bilhões em 2010. Segundo ele, os recursos se destinam a reconstrução de áreas atingidas, socorro e assistência a vítimas e obras preventivas emergenciais.



Deslizamento em Nova Friburgo (RJ): relator propõe aumentar investimentos em ações que previnam desastres

Assembleias estaduais participarão de rede virtual para leitura do texto que propõe *status* de ministério para a Secretaria Nacional de Política sobre Drogas

## Videoconferência apresenta hoje relatório sobre drogas

APROVADO DIA 6, será apresentado hoje às assembleias legislativas de todo o país, por videoconferência, o relatório final da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros.

Amanhã o relatório será avaliado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), à qual a subcomissão é subordinada.

O texto de Ana Amélia (PP-RS) defende que a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), hoje subordinada ao Ministério da Justiça, passe a ser vinculada diretamente à Presidência da República, adquirindo *status* de ministério.

O objetivo é fortalecer essa instância do governo, responsável pela execução da estratégia para o setor: realiza



Documento de Ana Amélia será encaminhado à Presidência

diagnóstico sobre o consumo de drogas, capacita atores sociais que trabalham diretamente com o tema e implanta projetos para ampliar o acesso da população aos recursos existentes na comunidade.

No dia 7, o governo lançou conjunto de ações para o combate ao crack e outras drogas. Com investimentos de R\$ 4 bilhões, o programa

vai aumentar a oferta de tratamento de saúde aos usuários de drogas, combater o tráfico e ampliar ações de prevenção. O novo programa inclui a ampliação da rede de atenção à saúde voltada aos usuários e a qualificação de profissionais, além da integração das ações de inteligência e cooperação entre Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e polícias estaduais no combate ao tráfico.



Beneficiários da Associação Lua Nova, de Sorocaba (SP): para Senad, exemplo de ação antidrogas

### Audiência debate vacina contra HPV na rede pública

A Comissão de Assuntos Sociais faz hoje audiência sobre projeto de lei que garante às mulheres entre 9 a 40 anos de idade o direito de receber vacina contra HPV na rede pública de saúde.

O requerimento foi apresentado por Marta Suplicy (PT-SP) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), autora do projeto. Foram convidados representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Federal de Medicina e da Associação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetria. A Federação Nacional dos Farmacêuticos, a Associação dos Laboratórios Nacionais e a Associação Brasileira de Imunizações também devem enviar representantes.

### Comissão discute quimioterapia em planos

A inclusão da quimioterapia oral domiciliar entre os procedimentos de cobertura obrigatória pelos planos de saúde será tema de audiência da Comissão de Assuntos Sociais nesta quinta-feira. A alteração é tema do Projeto de Lei do Senado (PLS) 352/11, apresentado pela senadora Ana Amélia.

Foram convidados o diretor presidente da ANS, Mauricio Ceschin; o diretor do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo, Paulo Hoff; o presidente da Associação Médica Brasileira, Florentino de Araújo Cardoso Filho; e de representantes dos planos de saúde, entre outros.

### Loterias não procuradas poderão financiar saúde

Os valores não procurados dos prêmios das loterias federais poderão ser destinados a ações de saúde. É o que prevê projeto a ser analisado amanhã pela Comissão de Assuntos Sociais.

Paulo Davim (PV-RN), autor do PLS 313/11, afirma que a medida tem "a única finalidade de aperfeiçoamento do sistema de saúde nacional". O relator, Cícero Lucena (PSDB-PB), vai apresentar voto favorável ao projeto, que seguirá depois para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Outro projeto a ser analisado prevê a concessão de seguro-desemprego a artistas, músicos e técnicos de espetáculos de diversões (PLS 211/10).

## Wellington Dias apoia mobilização por políticas públicas para as mulheres

A realização da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, nesta semana, em Brasília, foi lembrada em Plenário, ontem, pelo senador Wellington Dias (PT-PI). Ele destacou a importância de eventos como esse para se discutir e definir políticas públicas destinadas a essa parcela da população.

A conferência, que ocorrerá no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, tinha abertura marcada para ontem à noite, com presença da presidente Dilma Rousseff, da ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, e da ex-presidente do Chile e atual diretora executiva da ONU Mulher, Michelle Bachelet.

Segundo o senador, o foco central do evento será a autonomia econômica



Senador lembra evento marcado para esta semana em Brasília

e pessoal das mulheres, num país em que elas ainda enfrentam preconceito. Wellington Dias ressaltou que a eleição da presidente Dilma significou uma virada histórica e cultural, mas observou que ainda há muito por fazer.

Dados divulgados pelo senador mostram que, embora sejam mais

da metade da população brasileira, as mulheres ocupam apenas 10% das cadeiras do Congresso Nacional (47 deputadas federais e oito senadoras). E apesar de terem escolaridade maior, ainda recebem salários menores que os dos homens para os mesmos cargos.

— É preciso uma forte mobilização. Ainda temos uma longa caminhada pela frente — disse o parlamentar, garantindo o seu apoio.

## Cristovam cobra aplicação de recursos do programa Brasil sem Miséria

Cristovam Buarque (PDT-DF) cobrou ontem do governo que viabilize o programa Brasil sem Miséria. Em pronunciamento no Plenário, ele citou reportagem publicada no fim de semana, na imprensa, segundo a qual, até novembro, somente 0,5% dos R\$ 205 milhões autorizados em créditos para o programa foi efetivamente aplicado.

— É importante que essas medidas do Brasil Sem Miséria sejam implementadas, pois é consenso que somente transferência de renda não resolve o problema de erradicação da pobreza extrema. Somente ampliar o programa Bolsa Família não resolve — disse.



Só 0,5% da verba autorizada foi investida, diz o senador

Cristovam concentrou seu discurso em cinco ações complementares lançadas pelo governo, mas que até agora não foram postas em prática: iniciativa de orientação profissional; fomento a atividades produtivas rurais; assistência técnica a trabalhadores; obras e equipamentos para oferta de água; e paga-

mento da bolsa-verde, que destina R\$ 300 para famílias em situação de extrema pobreza quando contribuem para a conservação ambiental.

— A transferência de renda pode até conseguir um Brasil sem fome, mas sem miséria exige algo mais; exige uma porta de saída em que a pessoa não fique na miséria, dependendo. A miséria sob esmola continua miséria.

## Crivella defende maior consumo de alimento natural para combater câncer

Marcelo Crivella (PRB-RJ) propôs ontem que as escolas públicas e privadas ofereçam aos alunos maior variedade de frutas, verduras e legumes nacionais, como forma de incentivar uma alimentação mais natural e combater o câncer. Segundo Crivella, a Consultoria do Senado já está estudando projeto de sua autoria que trata do assunto.

O senador citou pesquisa publicada na Inglaterra, que acompanhou cerca de 100 mil pessoas com câncer. De acordo com o parlamentar, o estudo mostra que 45% dos doentes do sexo masculino e 40% dos doentes do sexo feminino tinham câncer devido a qua-



Senador pretende apresentar projeto de lei sobre o assunto

tro fatores principais: fumo, álcool, obesidade e má alimentação. Ele disse que o estudo apontou que uma boa alimentação é aquela que inclui frutas, legumes e verduras.

Crivella lembrou que uma organização não governamental distribuiu aos senadores DVD que mostrava que muitos alunos não

conheciam vegetais como nabo ou rabanete, mas reconheciam facilmente vários tipos de salgadinhos.

O senador sugeriu a realização de amplo debate no Plenário sobre temas de grande interesse nacional, com a presença de especialistas, e propôs que a relação entre alimentação e câncer seja um dos assuntos.

## Estatuto do Motorista pode ser votado hoje

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) comemorou a inclusão, na pauta de votações de hoje, do projeto de lei que regulamenta a profissão de motorista (PLS 271/08).

A proposição, que tem Ferraço como relator, trata de todos os aspectos da atividade de motorista, em especial o regime de trabalho, bem como limites ao período de trabalho e ao tempo de direção, visando à segurança do profissional.

— Amanhã vamos colocar um fecho nesse processo, nesse debate que fizemos ao longo de 2011, que contou com a intensa participação dos trabalhadores e dos empresários. E foi a partir de um grande entendimento que conseguimos convergir para um texto que pudesse contemplar o conjunto dos segmentos envolvidos no arranjo do transporte — disse o senador, ontem.

Ferraço relatou ainda visita que fez aos municípios de Pinheiros e de Linhares, no norte do Espírito Santo, para tratar de problemas ligados à distribuição de *royalties* do petróleo. Os dois municípios correm o risco de ver seus orçamentos reduzidos se for aprovado o projeto de redistribuição dos recursos provenientes da exploração petrolífera (PLS 448/11), atualmente aguardando votação na Câmara.



Ferraço comemora a votação prevista para hoje



José Calixto Ramos, Lourenço Prado, senador Paulo Paim, José da Silva Filho e José Pereira fazem balanço de mobilização pela manutenção de direitos conquistados

# Propostas de mudanças na legislação trabalhista preocupam sindicalistas

Entre os prejuízos aos trabalhadores, os representantes apontam perdas de direitos, interferência estatal e precarização das relações de trabalho

REPRESENTANTES DAS CONFEDERAÇÕES de trabalhadores e de centrais sindicais criticaram propostas de mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que, em sua visão, prejudicam os trabalhadores. Eles participaram, ontem, de debate promovido pela Subcomissão em Defesa do Emprego e da Previdência Social, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Os sindicalistas também discutiram os resultados de debates realizados sobre a CLT em vários estados. O relato desses debates foi feito por Lourenço Ferreira do Prado, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec). As audiências nos estados integram a Campanha em Defesa da CLT, lançada em agosto em reunião da Comissão de Direitos Humanos (CDH). Segundo Prado, esse é apenas o início da mobilização dos trabalhadores pela manutenção de seus direitos conquistados.

— Nessa caminhada tivemos a oportunidade de andar um pouco pelo país. Vamos continuar percorrendo o país no ano de 2012 — disse.

Na reunião de ontem, os debatedores criticaram projeto de lei (PL 1.463/11) do deputado federal Silvio Costa (PTB-PE) que institui alterações na CLT por meio do Código do Trabalho. Para os sindicalistas, o texto que tramita na Câmara acarretará perda de direitos.

— A CLT corre perigo muito grave, muito sério mesmo. A grande maioria que o governo tem lá [na Câmara] não vale para as questões trabalhistas e previdenciárias — alertou Lourenço Prado.

Segundo o presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores, José Calixto Ramos, além de precarizar ainda mais as condições de trabalho, o projeto interfere no movimento sindical.

— O artigo 8º da Constituição é muito claro: é vedada ao Estado a interferência na organização sindical

brasileira, mas o Estado está interferindo. Deixem que nós decidamos sobre nossas questões — afirmou.

Já o representante do Ministério Público do Trabalho José Lima Ramos ressaltou que as alterações na CLT devem ser feitas para garantir e ampliar os direitos conquistados. Para ele, a atualização da legislação trabalhista é necessária, mas os direitos já consolidados não podem ser flexibilizados.

— É preciso maior discussão na sociedade. O que preocupa hoje é retirar da legislação os direitos já consolidados — disse Ramos Pereira.

Para Gabriel Faria Oliveira, presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, o Brasil possui hoje um bom arcabouço jurídico relativo aos direitos trabalhistas, mas muitos desses direitos não são efetivados.

— Vivemos numa era de direitos; precisamos trabalhar na era da efetivação desses direitos — afirmou.

## “Momento de crise não é adequado”

Outra proposta que tramita na Câmara e recebeu muitas críticas dos sindicalistas foi a PEC 369/05. O texto altera os artigos 8º, 11º e 37º da Constituição e institui a contribuição de negociação coletiva, a representação sindical nos locais de trabalho e a negociação coletiva para os servidores públicos.

— Não é interessante para ninguém discutir a PEC 369 em momento de crise financeira. Vamos discutir o fim do fator previdenciário, vamos discutir a reforma política — defendeu José Augusto da Silva, coordenador nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Para Sérgio Miranda, do Fórum Sindical dos Trabalhadores de Minas Gerais, com a crise, países da Europa estão impondo aos trabalhadores a redução de seus direitos, o que deve servir de alerta ao sindicalismo brasileiro.

— Está ocorrendo um desmonte da sociedade de bem-estar social — observou.

Entre as reivindicações dos sindicalistas, estão o fim do fator previdenciário e a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas. Também participaram da audiência Warley Martins, presidente da Cobap, e Sérgio Luis da Costa, do Fórum Social dos Trabalhadores de Goiás.

## Paim comemora decisão do Supremo sobre desaposentadoria

Paulo Paim (PT-RS) chamou a atenção ontem para a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que todos os tribunais do país apliquem a decisão que vier a ser tomada na questão da desaposentadoria ou desaposentação. Esse instituto permite que, quando a pessoa continua a trabalhar depois de aposentada, ela solicite a troca da aposentadoria antiga por um benefício recalculado, com as novas contribuições, para aumentar seus proventos.

— Isso é importante e

oportuno, pois todos os recursos pendentes de julgamento nas instâncias inferiores seguirão o entendimento fixado pela Corte, empregando celeridade aos demais pedidos — afirmou.

Há duas ações no Supremo, em que os autores requerem o direito de trocar a aposentadoria por uma de valor mais elevado, que leve em conta as contribuições efetuadas em decorrência da volta à ativa.

A possibilidade da troca de aposentadorias é uma das bandeiras de Paim, que preside a

Subcomissão em Defesa do Emprego e da Previdência Social da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, onde o tema já foi tratado pelo colegiado.

Para o senador, a medida, se aprovada, garantirá melhores condições de vida às pessoas em idade de se aposentar. O senador explicou que a questão também vai contribuir para o fim do fator previdenciário. Atualmente, há mais de 70 mil ações na Justiça, nas quais os autores requerem a troca da aposentadoria.

— Quando o cidadão sabe que vai se aposentar e seu salário vai cair pela metade, ele se aposenta e continua trabalhando. Será uma forma de exigir que o Executivo se pronuncie sobre o famigerado fator previdenciário — acrescentou o senador.

Paulo Paim fez também balanço do trabalho realizado em 2011, quando foram apresentadas por ele três propostas de emenda à Constituição, 15 projetos de lei e um projeto de resolução, além de requerimentos.

# Cúpula do clima foi positiva, avaliam senadores



Secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon fala na COP-17: encontro fixou 2013 como início de novo período de discussão sobre acordo global para o clima

Os resultados da 17ª Conferência da ONU sobre Mudança do Clima (COP-17), encerrada no domingo, na África do Sul, foram analisados ontem como positivos por senadores. Vanessa Grazziotin, que integrou a comitiva brasileira no encontro, destacou a importância da negociação entre os países em meio à crise econômica internacional. Para Rodrigo Rollemberg, o mais importante foi o avanço diplomático. Ele lembrou, no entanto, que diante da falta de novas medidas globais para enfrentar as mudanças climáticas, os países têm de, individualmente, aperfeiçoar suas leis.

## Frente à situação mundial adversa, Vanessa acredita que COP-17 avançou

Integrante da comitiva brasileira que participou da 17ª Conferência da ONU sobre Mudança do Clima (COP-17), iniciada em 28 de novembro e encerrada dia 11, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) relatou que o acordo firmado em Durban, na África do Sul, fixa para 2013 a data de início do segundo período de discussão de compromissos, cujo resultado será um novo pacto global sobre o clima, a entrar em vigor provavelmente em 2020. Enquanto isso, o Protocolo de Kyoto continua vigorando, mas com menos integrantes: ficaram de fora Canadá, Japão e Rússia. Estados Unidos e China já não participavam.

— Considero, diante das expectativas, com as dificuldades de negociações e a situação de profunda crise econômica no mundo inteiro, que a plataforma de Durban foi satisfatória e que avança — avaliou.

A senadora explicou ainda que foi debatida a criação do Fundo Verde, previsto desde a COP-16, realizada em Cancún, mas disse que pouco se avançou nesse item. Não se estabeleceu regulamentação para o fundo, que deverá receber recursos de países desenvolvidos, de até R\$ 100 bilhões até 2020, para serem aplicados nos países em processo de desenvolvimento, no combate às emissões de gases tóxicos e



Vanessa Grazziotin lamenta crítica ao Código Florestal durante a conferência mundial

na adaptação às mudanças climáticas.

Vanessa lamentou que a aprovação do novo Código Florestal tenha sido criticada por organismos não governamentais durante a conferência. Ela considerou a reação resultado de “desconhecimento e maldade”.

— Nenhum outro país tem uma legislação ambiental tão rigorosa como nós temos no Brasil — disse.

Dias antes da COP-17, a senadora relatou ter participado de reunião da Globe International, quando foi lançado o 2º Estudo sobre Legislação Climática — uma avaliação das legislações ambientais de 17 países em que o Brasil aparece entre aqueles que vêm avançando na área, principalmente no enfrentamento do aquecimento global.

## Para Rollemberg, conferência trouxe vitória diplomática

A COP-17, encerrada no último domingo, na África do Sul, representou um avanço, pelo menos do ponto de vista diplomático. Foi o que afirmou ontem, em pronunciamento, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). Além de elogiar a participação do Brasil no encontro, o senador comemorou a previsão de acordo climático que teria a participação de países hoje fora do Protocolo de Kyoto, acordo internacional que visa reduzir a emissão de gases do efeito estufa.

— Conseguimos fazer com os países mais poluidores do mundo, ou seja, Estados Unidos, Índia e China, se comprometessem pela primeira vez em assinar um tratado global, com metas compulsórias de corte de emissões de dióxido de carbono.

Apesar de também comemorar a viabilização do Fundo Verde Climático, criado para financiar ações de combate às mudanças climáticas nos países em desenvolvimento, o senador disse reconhecer o fato de que os avanços da convenção se refletem mais no campo simbólico, “dos princípios e promessas”.

Para ele, a falta de medidas para enfrentar o aquecimento global imediatamente aumenta a responsabilidade dos países, que devem, individualmente, elaborar leis. Como



Senador comemora previsão de acordo com países que estão fora do Protocolo de Kyoto

exemplo, citou a Política Nacional sobre Mudança Climática do Brasil.

— Se não avançamos em termos jurídicos globais, que façamos a nossa parte com a criação e efetivação de medidas locais. O Brasil está fazendo bem o seu dever de casa, assumindo compromissos voluntários que devem servir de exemplo ao mundo.

Rollemberg também citou relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) que aponta a degradação progressiva e a escassez de recursos naturais como perigo para a produção de alimentos no mundo. Para ele, o problema demonstra que agricultura, meio ambiente, ciência e tecnologia devem caminhar juntos.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Vanessa Grazziotin • Paulo Paim • Rodrigo Rollemberg • Anibal Diniz

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Sítio:** [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Órgão de divulgação do Senado Federal**

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Reportagem:** Cíntia Sasse

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sítio: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF

Cep: 70.165 – 920

## Prioridade para indústria nacional no setor elétrico

Com 63 itens incluídos na pauta, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) deve analisar amanhã projeto de lei (PLS 430/11) determinando que os recursos destinados a programas de eficiência energética sejam prioritariamente aplicados em iniciativas da indústria nacional. A proposta, da senadora Ana Amélia (PP-RS), terá decisão terminativa na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

De acordo com a senadora, as concessionárias de energia elétrica recolhem recursos para investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e em eficiência energética. Os recursos para as atividades de P&D são destinados exclusivamente a instituições nacionais, mas não os direcionados para a eficiência energética.

O relator, Anibal Diniz (PT-AC), considera, em seu parecer pela aprovação, que Ana Amélia “vislumbrou uma real oportunidade de estimular a inovação na indústria brasileira, e, por consequência, preservar empregos e gerar renda no país”.

## CE homenageia vencedores de prêmio de inovação

Os vencedores do Prêmio Microsoft Educadores Inovadores 2011 serão homenageados amanhã pela Comissão de Educação (CE). A iniciativa é de Cristovam Buarque (PDT-DF).

A lista é encabeçada por Vera Beatriz Pagnussatti, professora em Marechal Cândido Rondon (PR), vencedora no voto popular para representar o país na etapa mundial do prêmio. Ela participou com projeto de criação de jornal estudantil baseado em diferentes recursos tecnológicos.

Os outros professores homenageados são: Jane Dalla Lana, de General Câmara (RS), Inovação em Conteúdo; Jorge Cesar Coelho, de Campo Bom (RS), Inovação em Colaboração; Lúcia Silva dos Santos, de Manaus, Inovação em Comunidades; Sandra Saragoça, do Rio de Janeiro, Contextos Desafiadores; Alex dos Santos, de Salvador, Uso Avançado de Tecnologia; Marcus Leite, de Belo Horizonte, Educador Inovador — Escolas Particulares; e Eraldo Guerra Filho, de Paulista (PE), Educador Inovador — Escolas Técnicas.

Senador pediu ações urgentes para 724 pessoas que vieram ao Brasil buscar trabalho e vivem em situação precária na fronteira com a Bolívia

# Anibal Diniz alerta para situação de refugiados haitianos no Acre

ANIBAL DINIZ (PT-AC) pediu ontem ações urgentes em relação a grupo de 724 refugiados haitianos que estão vivendo em condições improvisadas na cidade acriana de Brasi-leia, fronteira do Brasil com a Bolívia.

De acordo com o senador, a situação se configura como “crise humanitária internacional”, que necessita de atenção urgente dos ministérios da Justiça, das Relações Exteriores, da Defesa, das secretarias de Direitos Humanos e de Relações Institucionais e dos órgãos de imigração. O parlamentar sugere que seja instalado escritório interministerial de emergência para tratar da questão.

Anibal informou que o número de haitianos deve aumentar nas próximas semanas. Esses refugiados, explicou o senador, abandonam o Haiti em busca de trabalho, melhores condições de vida e renda para poderem enviar ajuda financeira aos familiares.

— A maior parte dos refugiados é de jovens entre 20 e 30 anos, basicamente estudantes, cujas famílias tomam dinheiro emprestado para transportá-los até o Brasil. A viagem ao



Haitianos vivem no Brasil em situação precária, que foi classificada pelo senador Anibal Diniz (ao lado) como uma “crise humanitária internacional”

nosso país chega a custar mil dólares, obtidos com a ajuda de parentes. Eles fazem todo esse investimento familiar em busca de oportunidade de trabalho no Brasil — acrescentou.

Anibal disse que os refugiados estão alojados de maneira precária, alguns em barracas, e que a assistência a eles está sobrecarregando o serviço de saúde da região. Ele aproveitou para ler, na íntegra, a reportagem “Crise humanitária se instala na fronteira do Acre com a Bolívia”, do site Terra

Magazine, uma das primeiras notícias mais detalhadas sobre o problema.

“Os líderes da comunidade haitiana que se formou no Acre dizem que eles querem apenas a oportunidade de trabalhar, para enviar dinheiro a suas famílias, uma vez que as condições de vida no Haiti apenas pioraram desde o terremoto de janeiro de 2010. A ajuda humanitária organizada pela ONU é desviada pela elite política e militar, as prometi-das obras de reconstrução não



Ano Volpê/Senado Federal

começaram até agora e o país continua tão desorganizado como nos primeiros meses após a tragédia”, diz trecho da reportagem.

## Alvaro espera explicações ao Senado do ministro Fernando Pimentel



Lia de Paula/Senado Federal

Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu que o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, compareça ao Senado para prestar esclarecimentos sobre denúncias segundo as quais ele

teria se beneficiado de tráfico de influência para realizar consultorias milionárias. Para o senador, não basta o ministro indicar as empresas que supostamente celebraram contratos para a prestação de serviços de consultoria.

— O que nós desejamos é que o ministro compareça ao Senado para apresentar as suas justificativas. E explicações insuficientes acabam comprometendo ainda mais e autorizando as especulações sobre a prática de corrupção — disse.

Comentando informações de que o governo não deverá permitir a aprovação de requerimento de convocação do ministro, hoje, pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), Alvaro acusou o governo de utilizar “dois pesos e duas medidas”: uma para lidar com ministros do PT e outra para os de outros partidos da base.

O senador cobrou ainda a votação, pelo Senado, de requerimentos que apresentou.



Ano Volpê/Senado Federal

## Dornelles: redução de investimento das estatais preocupa



Pedro Franco/Senado Federal

O fato de as metas de investimento das estatais não terem sido cumpridas é motivo de preocupação, afirmou Francisco Dornelles (PP-RJ). A proporção dos investimentos em relação ao PIB é indicador fundamental

das perspectivas do crescimento econômico e da inflação. Ao contrário do discurso do governo, afirmou o senador, os investimentos foram reduzidos em R\$ 16,5 bilhões nos projetos realizados diretamente por ministérios e estatais.

Investimentos aquém do necessário podem gerar aumento de importações, com transferência para o exterior de empregos e renda. Também podem gerar inflação, caso haja comprometimento em algum nível do fornecimento exterior, observou. Apesar da perspectiva de entrada de cerca de US\$ 60 bilhões em 2011 e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ainda assim essas são cifras modestas. A China, por exemplo, investe cerca de 40% do seu PIB.

— No Brasil, a taxa de investimento sobre o PIB deve ficar entre 19% e 21% este ano, de acordo com o Ministério da Fazenda — comparou.

## Pinheiro quer evitar emendas no Plano de Mobilidade Urbana



Pedro Franco/Senado Federal

Walter Pinheiro (PT-BA) pediu ontem que não sejam apresentadas emendas ao projeto que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana (PLC 166/10). O projeto está pronto para ser votado em Plenário,

em regime de urgência. Se não for alterado, poderá seguir para sanção da presidente Dilma Rousseff e ser aplicado ainda este ano. Caso contrário, terá de retornar à Câmara, adiando a implantação para 2012.

O projeto define como os municípios devem executar política de transporte coletivo capaz de atender à população e contribuir para o desenvolvimento urbano sustentável. Para o senador, a aprovação do projeto é fundamental, principalmente nas 12 cidades que vão sediar a Copa de 2014.

Pinheiro lembrou que em 2000 o Brasil tinha cerca de 30 milhões de veículos em circulação e hoje tem 65 milhões. Segundo ele, isso demonstra que é preciso “uma política firme de mobilidade não só pautada no circular dos veículos, mas também, e, principalmente, na oferta do transporte público”.

# Na época do Natal, compra pela internet exige cuidados redobrados

Queixas contra lojas virtuais aumentam ano após ano; consumidor precisa verificar se empresas são confiáveis e fazer valer seus direitos, como o de devolver a mercadoria até sete dias depois do recebimento

Ricardo Westin

DAS CONVENIÊNCIAS TRAZIDAS pela internet, uma das mais extraordinárias é o comércio eletrônico. Pode-se adquirir toda sorte de produtos pelo computador ou celular: de sapato a biscoito, de ingressos a passagens aéreas, de computador a celular. Comparam-se preços. Compra-se a qualquer hora. Paga-se no crédito, no débito ou no boleto. E não é preciso sair de casa.

O comércio eletrônico chegou ao Brasil na virada do século. O brasileiro rapidamente venceu o receio de movimentar dinheiro pelo mundo virtual. Em 2007, 9,5 milhões diziam já ter comprado pela internet. Hoje, são 32 milhões.

Todo crescimento exagerado, porém, tem efeito colateral. No caso do comércio eletrônico, as empresas não se prepararam para satisfazer tamanha demanda, o que têm deixado os compradores frustrados.

O Procon de São Paulo registrou 22 mil reclamações no primeiro semestre deste ano, ante menos de 10 mil no mesmo semestre do ano passado. O problema campeão é, de longe, a demora na entrega do produto — ou a não entrega.

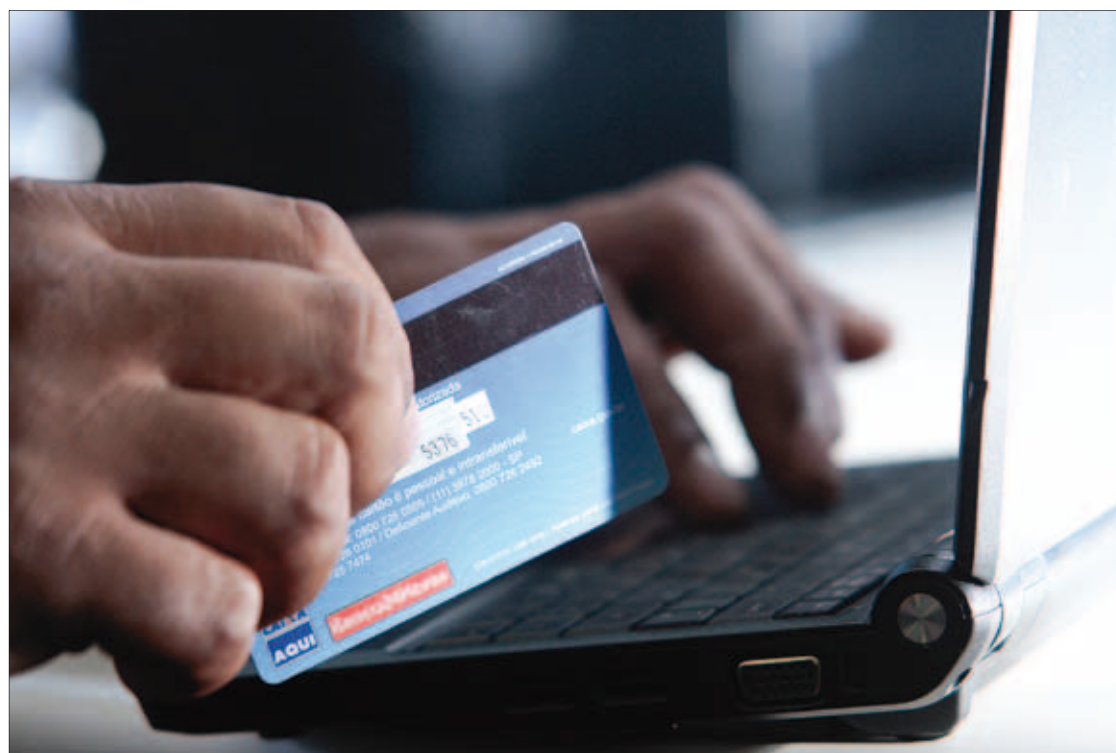
## Fim de ano

A véspera do Natal é quando o comércio mais vende pela internet. É, portanto, a época em que o consumidor deve redobrar as precauções.

O primeiro passo é verificar se a empresa é confiável. O site deve conter endereço, telefone, e-mail e CNPJ, para que o comprador tenha como apresentar reclamações. Outro cuidado é consultar os órgãos de defesa do consumidor e as redes sociais para ver a reputação do vendedor.

O Reclame Aqui é um site que se dedica a ouvir consumidores insatisfeitos. Na lista das 20 empresas mais problemáticas, 11 são de comércio eletrônico.

Na hora da compra, é preciso levar em conta o tempo de entrega da mercadoria e o valor do frete. Tome-se como exemplo um comprador de Brasília. O último livro de Jô Soares chega



Consumidor usa cartão de crédito para comprar pela internet: número de transações aumenta, e o de queixas também

em cinco dias ou em nove, conforme a loja. A taxa de entrega de uma geladeira sai de graça ou por quase R\$ 200.

Na página em que o consumidor digita os dados do cartão de crédito, o endereço deve começar com *https* (e não apenas *http*) e o desenho de um cadeado deve aparecer na tela — sinais de que as informações não podem ser vistas por terceiros. É prudente evitar computadores de uso público.

— Recomendo imprimir ou salvar no computador as páginas com a oferta do produto e a efetivação da compra — acrescenta a advogada Mariana Ferreira Alves, da entidade de defesa do consumidor Idec.

Quem compra pela internet tem direitos. O produto deve chegar intacto e dentro do prazo de entrega. Tendo defeito, precisa ser trocado sem custo extra para o cliente.

O Código de Defesa do Consumidor prevê o direito de arrependimento, que lhe permite devolver o produto em até sete dias, contados do recebimento. Afinal, corre-se o risco de não ser bem aquilo que aparentava na tela do computador. O dinheiro, nesse caso, é devolvido integralmente na fatura do cartão. A empresa não pode usar o artifício de devolvê-lo como créditos para uma futura compra *on-line*. Nem fazer o consumidor pagar pelo envio do produto devolvido.

São três os caminhos para o cliente que se sente prejudicado numa compra virtual. Deve, antes de tudo, tentar resolver o problema diretamente com a empresa. Não dando certo, pode recorrer ao Procon (que tenta fazer a empresa cumprir seu dever) e à Justiça (quando o consumidor acredita que precisa ser indenizado).

## O comércio eletrônico no Brasil



Fonte: e-bit

## “Por falha da loja virtual, vou passar 1 mês sem geladeira”

Leia, a seguir, a queixa que uma consumidora fez ao site Reclame Aqui. O nome dela e o da empresa foram preservados.

“Comprei uma geladeira pela internet, que chegou seis dias depois. A pessoa que recebeu a encomenda verificou que a porta estava arranhada e empenada. Os funcionários da transportadora, porém, informaram que não poderiam levá-la de volta, que o problema deveria ser resolvido com a loja. Fiz contato telefônico. Disse-

ram que precisam de dez dias para retirar o produto da minha casa e que o prazo para a nova entrega só começará outros dez dias depois. Ou seja, vou ficar um mês sem geladeira! Não tenho outra, e minha família, de cinco pessoas, não pode prescindir desse item essencial. Se forem mantidos os prazos, quero pedir o estorno em meu cartão de crédito. Com isso, poderei adquirir outra geladeira, que chegará em uma semana. Isso tudo é um absurdo.”

## Saiba mais

**Procons estaduais e municipais:**  
[www.portaldodoconsumidor.gov.br/procon.asp](http://www.portaldodoconsumidor.gov.br/procon.asp)



**Reclame Aqui, site para queixas:**  
[www.reclameaqui.com.br](http://www.reclameaqui.com.br)

**Proteste, entidade de defesa do consumidor:** [www.proteste.org.br](http://www.proteste.org.br)

**Idec, entidade de defesa do consumidor:** [www.idec.org.br](http://www.idec.org.br)

**Buscapé, site que compara preços:** [www.buscape.com.br](http://www.buscape.com.br)

**Bondfaro, site que compara preços:** [www.bondfaro.com.br](http://www.bondfaro.com.br)

**Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor:** [portal.mj.gov.br/dpdc](http://portal.mj.gov.br/dpdc)

CONFIRA OUTRAS EDIÇÕES DO ESPECIAL CIDADANIA EM [WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL](http://WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL)

## De 1990, Código do Consumidor será atualizado

Até 1990, o consumidor brasileiro estava praticamente indefeso diante das práticas abusivas de lojas e empresas. Naquele ano, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) entrou em vigor e mudou drasticamente as relações de consumo no país.

Na época da elaboração do CDC, compra a distância era aquela feita por catálogo. Hoje, é sinônimo de comércio via internet — um mundo complexo e crescente que inexistia em 1990.

Para preencher essa lacuna, o presidente do Senado, José Sarney, convidou no ano passado uma comissão de juristas e deu-lhes a missão de adaptar o CDC à era da internet. Eles estudaram as leis atuais, buscaram normas estrangeiras, analisaram a jurisprudência e ouviram sugestões da sociedade. A proposta de atualização do CDC já está pronta e brevemente se tornará pública. A ideia é transformá-la num projeto de lei que comece a tramitar no Senado.

O anteprojeto diz, por exemplo, que o consumidor não pode receber e-mail com propaganda de loja com a qual nunca fez negócio; que a empresa deve mostrar claramente no site seu telefone ou correio eletrônico; que, efetuada a compra, o consumidor deve receber confirmação imediata por e-mail; que o vendedor não pode compartilhar dados do comprador, inclusive e-mail; e que o site que desrespeitar o consumidor poderá ser temporariamente tirado do ar.

Os advogados e professores Roberto Pfeiffer e Claudia Lima Marques, membros da comissão, esclarecem que a atualização do código não significará para o consumidor a perda de nenhum direito, mas a inclusão de mais direitos.

Maria Inês Dolci, coordenadora da entidade de defesa do consumidor Proteste, diz que o CDC precisa, de fato, ser modernizado:

— O comércio virtual vem reiteradamente desrespeitando o consumidor, que é a parte mais fraca. É um sinal de que faltam normas.